



**PRIMEIRO
MINISTRO**

VIII Governo Constitucional

Versão 3.3

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA

O PRIMEIRO-MINISTRO

DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,

TAUR MATAN RUAK,

NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DA

REUNIÃO DE 2019 DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

DE TIMOR-LESTE (TLDPM),

SUBORDINADA AO TEMA:

**“APROFUNDAR A COORDENAÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO”**

*Auditório “Xanana Gusmão”, da Torre do Ministério das Finanças,
em Aitarak Laran, Díli, 04 de julho de 2019*

Sua Excelência, o Presidente do Parlamento Nacional, **Senhor Arão Noé de Jesus da Costa Amaral**;

Sua Excelência, o Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, **Senhor Deolindo dos Santos**;

Excelências, Senhoras e Senhores Embaixadores, Membros do Corpo Diplomático e Representantes dos Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É para mim uma grande honra poder efetuar a abertura deste importante fórum de diálogo e coordenação de alto nível entre o Governo de Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento, este ano dedicado ao tema de *“Aprofundar a Coordenação para Financiar o Desenvolvimento”*.

Após dois anos de interrupção motivada pelos sucessivos períodos de eleições e incerteza política, é com grande satisfação que o VIII Governo Constitucional retoma o diálogo político, aproveitando a oportunidade dada por este fórum para partilhar a nossa visão comum de desenvolver um Timor-Leste próspero.

Neste sentido, gostaria de, em nome do VIII Governo Constitucional e em meu nome pessoal, dar as calorosas boas-vindas a todos os participantes, convidados e membros da comunidade internacional e corpo diplomático acreditado no nosso país.

Gostaria ainda de transmitir a todos os povos amigos aqui representados a nível bilateral e multilateral, os nossos sinceros cumprimentos e cordiais saudações, neste ano em que se celebra o Vigésimo Aniversário do Referendo e da missão da INTERFET, o qual marcou o início do nosso processo de Restauração da Independência e de construção de um Estado de Direito Democrático, livre e soberano.

A partir de 30 de Agosto de 2019, completam-se 20 anos da concretização deste sonho coletivo que, reunindo as forças vivas da nação Timorense, estabeleceu um caminho rumo à paz, à estabilidade, ao desenvolvimento e ao progresso.

Uma rota que não foi feita sozinha, mas antes partilhada pela comunidade e organizações internacionais, sob a liderança das Nações Unidas e apoiada pelos respetivos Estados-membros.

Um rumo que nos deixa muito orgulhosos pelos resultados obtidos nas últimas duas décadas, nomeadamente:

- Conseguimos com a vossa ajuda promover não só a reconciliação interna, com os nossos irmãos Timorenses, mas também a reconciliação externa, junto dos nossos vizinhos, ultrapassando velhos ressentimentos, assente em princípios de que *“tudo aquilo que não nos ajuda a avançar, deve ser abandonado e esquecido”*;
- Pudemos alcançar uma paz duradoura, prolongada e sustentada no tempo, a qual se tem imposto ultrapassando momentos de incerteza e de crise;

- Fomos bem-sucedidos no desenvolvimento institucional, criando os órgãos de soberania que hoje regulam a nossa democracia, apoiados por uma administração pública cada vez mais próxima e atuante;
- Conseguimos ainda implementar um sistema de administração da justiça, imparcial, justo, equitativo e independente, acompanhado de mecanismos de monitorização, avaliação e controlo das atividades governativas, com índices cada vez mais elevados de responsabilidade e transparência;
- Implementamos um sistema nacional de ensino e de educação, universal e gratuito, democratizando o acesso ao conhecimento, à formação contínua, à capacitação e à habilitação dos recursos humanos;
- Fizemos enormes progressos nos índices de bem-estar, com a implementação de um sistema de segurança social acessível às pessoas mais carenciadas, vulneráveis e desfavorecidas, acompanhado de investimentos na eletricidade, água, habitação e infraestruturas, que contribuem não apenas para a constituição de famílias mais saudáveis e produtivas, mas também para a mobilidade e o crescimento económico;
- Soubemos ainda definir prioridades e escolher as áreas consideradas como mais importantes e urgentes, adotando um Plano Estratégico de Desenvolvimento, para o período entre 2011 e 2030, em harmonia com os compromissos assumidos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Celebramos assim um sucesso verdadeiramente coletivo, que recordando a primeira reunião perscrutora deste fórum de parceiros de desenvolvimento, realizada em Tóquio no ano de 1999, também assinala uma presença constante, continuada e perseverante, de militares, polícias, agências internacionais, profissionais, peritos, técnicos e especialistas que ao longo dos anos nos ajudaram a retirar Timor-Leste da lista de países frágeis ou pós-conflito.

Estamos muito gratos pela vossa confiança e continuado apoio ao desenvolvimento de uma Nação, que todos desejamos cada vez mais próspera, atuante e competitiva.

Senhoras e senhores,

Distintos convidados,

Passados 17 (dezassete) anos sobre a restauração da independência, acreditamos ter chegado o momento adequado para aprofundar as nossas parcerias estratégicas a curto e médio prazo, melhorando a forma de coordenação e potenciando os métodos de financiamento de projetos comuns, em favor da melhoria da qualidade de vida do Povo Timorense.

Num momento em que celebramos o primeiro aniversário do VIII Governo Constitucional, queremos aproveitar a oportunidade que este fórum proporciona, para apresentar aos nossos parceiros, as grandes linhas de orientação para os próximos anos e um resumo dos principais objetivos e prioridades a atingir até ao final do nosso mandato.

Prioridades que visam uma maior concentração de investimentos em novos projetos e a alcançar melhores resultados nos indicadores e compromissos assumidos com o nosso Povo, no Plano

Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) e no Roteiro para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos resultados se apresentam hoje, também, no relatório da Revisão Nacional Voluntária.

Compromissos assumidos para a melhoria:

- do bem-estar social, da proteção social e da cidadania;
- do investimento na economia e na consolidação das finanças públicas;
- da conectividade nacional;
- da consolidação e do reforço da defesa, segurança e relações externas;
- da consolidação e do reforço da justiça, democracia e direitos humanos.

Melhorias que pretendem combater a fome, a má nutrição e a pobreza, através de melhores serviços na saúde, educação, no meio ambiente, aumentando as oportunidades de emprego, a produtividade e o crescimento do país.

Medidas que pretendem conseguir o aumento sustentado dos rendimentos, estimulando a iniciativa privada, a diversificação da economia e o bom aproveitamento das diferentes oportunidades de desenvolvimento da base e dos setores económicos e produtivos do país.

Investimentos em infraestruturas estratégicas, capazes de promover a criação de emprego e o aparecimento de um setor privado forte, apoiado por recursos humanos e instituições públicas, cada vez mais capacitadas, habilitadas e próximas dos cidadãos e das comunidades.

Apostas necessárias que dirigidas aos principais desafios e problemas que afetam a distribuição equitativa da riqueza nacional, e que dificultam a coesão e o equilíbrio territoriais, possam responder, positivamente, ao *prolongado esquecimento do país rural e à descontrolada pressão do país urbano*.

Acreditamos que com a nova *Política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)* que hoje lançamos, em conjunto com os resultados da *Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento (DFA)*, estaremos certamente em posição de definir os melhores cenários de engajamento, tirando um maior proveito da assistência externa ao desenvolvimento, a qual nos últimos anos tem colocado à nossa disposição, um esforço financeiro que, em média, representam cerca de Usd\$ 201 Milhões (*duzentos e um milhões de dólares*) de investimento ao ano.

O volume dessa ajuda pública anual, embora a níveis mais modestos nos últimos anos, continua a ser superior ao volume de receitas fiscais arrecadadas anualmente no país.

Mobilizar fontes adicionais de financiamento e conseguir uma melhor utilização dos recursos financeiros existentes de forma mais eficaz, eficiente, transparente, responsável, evitando duplicações, despesas supérfluas ou desnecessárias, enquadradas com os planos, objetivos e resultados a atingir, continua a ser uma das nossas preocupações e prioridades, a qual pretende consolidar e reforçar, junto de parceiros e doadores o sentimento de confiança no Governo e nas respetivas instituições do Estado.

Senhoras e Senhores,

Distintos convidados,

Imagino que os nossos Parceiros de Desenvolvimento possam ter preocupações legítimas sobre o alcance e os contornos dessa política, mas creio que este fórum é o espaço mais adequado para partilhar documentos, debater todos os seus aspetos e implicações, ciente de que pretendemos, tão somente, melhorar e tornar mais efetivo o diálogo e a coordenação, particularmente entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento, facilitando, também, os fluxos de ajuda não-governamentais, ao setor privado e às organizações da sociedade civil, já que os apoios não devem ser exclusivamente públicos.

Garanto-vos, todavia e desde já, que o documento com a nova política, é flexível, pelo que o Governo, representado ao longo desta reunião por S. Exa. a Sra. Ministra das Finanças em Exercício, permanece aberto à discussão sobre o seu conteúdo e prevemos a implementação faseada, de modo a respeitar os termos dos acordos de financiamento celebrados e não perturbar o ritmo normal de desembolso para a implementação dos programas e projetos em curso.

Ao mesmo tempo, o Governo, através do Ministério das Finanças e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, tudo fará para reforçar e melhorar os atuais mecanismos institucionais de coordenação, a fim de agilizar entendimentos e procedimentos, na intenção de manter o foco nos esforços de desenvolvimento e salvaguardar a coerência das políticas e financiamentos.

Com essas palavras, renovo o elevado apreço do Governo pelas parcerias fecundas que temos podido promover com todos os Parceiros de Desenvolvimento e encorajo-vos a continuarmos juntos, de mãos dadas, para a continuidade do trabalho em curso, que desembocará em melhores condições de vida para todos os Timorenses e para todos os cidadãos que residirem neste país.

Estou ciente que os Senhores Embaixadores, Membros do Corpo Diplomático e Representantes de Organismos Internacionais serão portadores desta mensagem aos vossos respetivos Governos e Instituições Multilaterais.

Finalizo renovando fraternas saudações a todos os presentes, e desejando-vos muita saúde e felicidade pessoal, profissional e familiar.

Que Deus nos abençoe e nos dê saúde e forças!

Muito obrigado!